

Contributos para um conceito
Aportaciones para un concepto



Economia Solidária



INTERREG III B
MOLDE - PORTUGAL - GALIZIA



CORES
CENTRO DE COOPERAÇÃO REGIONAL



FEDER

ECONOMIA SOLIDÁRIA

Contributos para um Conceito

PREÂMBULO

O conceito de Economia Solidária que se apresenta de seguida resultou: '5f por um lado, das características que se foram evidenciando, a partir das experiências e das actividades concretas dos Açores e das Canárias que se referem àquela designação;

'5f por outro lado, da reflexão que se foi desenvolvendo, a propósito dessas experiências, no âmbito do Projecto “CORES” do Programa INTERREG, envolvendo instituições auto-denominadas de Economia Solidária ou que promovem actividades assim designadas, dos Açores, das Canárias e da Madeira.

Com base nessas experiências e reflexão, os consultores deste Projecto, Francisco Madelino e Rogério Roque Amaro, propuseram este texto definidor do conceito de Economia Solidária, que lhe serve de enquadramento, e que foi discutido e aceite colectivamente por todos os parceiros envolvidos, passando a ser adoptado como tal.

INTRODUÇÃO

Este Projecto assume o conceito de Economia Solidária como um marco e uma referência fundamental da sua filosofia, organização e certificação. Daí ser importante clarificar esse conceito e torná-lo operacional. Mas, na medida em que este Projecto se pretende inovador neste domínio, sugere-se que a sua definição não seja meramente convencional e antes procure ter em conta simultaneamente:

— As características, experiências e desafios inovadores que estas actividades apresentam, exprimindo, desse modo, as “mais-valias” que as unidades que

constituem o Projecto têm vindo a demonstrar;

— Os desafios e tendências das sociedades actuais, ao entrar no século XXI, situando aí o sentido mais geral deste Projecto

É este o objectivo desta proposta, que se pretende mais ofensiva, ousada e ambiciosa no que se refere ao conceito de Economia Solidária. Para isso, antes de se apresentar o conceito, pareceu fundamental:

a) Recordar a concepção mais tradicional e defensiva de Economia Solidária;

b) Caracterizar o contexto de mudança nas sociedades actuais, no qual se deve situar este Projecto e a renovação dos conceitos congéneres que está a verificar-se (“Economia Social”, “Terceiro Sector”, “Non profit sector”, etc.).

a) Como se sabe, a Economia Social, como filão histórico mais geral onde se insere o tipo de actividades que este Projecto enquadra e procura promover, nasceu no século XIX e, desde o início, foi marcada por objectivos de solidariedade e entreajuda.

Por isso, a expressão “Economia Solidária”, no sentido mais tradicional, apareceu muitas vezes ligada a uma visão assistencialista, reportando-se essencialmente às respostas das organizações religiosas aos problemas de pobreza e às estratégias então seguidas para as reduzir.

Durante muitos anos foi a resposta caritativa tradicional às injustiças sociais e não consistiu propriamente numa tentativa de encontrar uma solução económica para a reintegração social das pessoas desfavorecidas.

Mais recentemente (a partir dos anos 80), essa expressão passou a estar conectada com as estratégias de luta contra a pobreza e a exclusão social, por vezes reivindicada pelas organizações privadas sem fins lucrativos, que, por natureza, se ocupam de actividades de apoio social a crianças, jovens, pessoas de idade maior, indivíduos portadores de deficiência, etc.

Também nessa altura surgiu uma corrente mais moderna, nomeadamente a partir das experiências e da bibliografia de língua francesa (França ou Bélgica), em que o conceito de “Economia Solidária” deixa de ter uma conotação assistencialista, mas mantém-se ligado a uma lógica do “social”, restrita aos indivíduos e grupos mais desfavorecidos e marginalizados e/ou a objectivos de solidariedade, à margem da economia dominante, nomeadamente sem os seus “pecados” tradicionais (fim lucrativo, venda para o mercado, gestão pela eficiência, etc.).

Este conceito, mesmo evoluindo, apresenta como principais limitações, na perspectiva dos objectivos deste Projecto:

— uma visão restritiva da solidariedade e do social, associada quase exclusivamente aos grupos sociais desfavorecidos, à pobreza e à exclusão social, ou seja, ao conceito tradicional e limitado de “social”, ignorando outras dimensões cada vez mais importantes da solidariedade no Mundo actual (ver alínea b);

— uma desconfiança quase congénita em relação à dimensão económica dessas actividades e organizações, levando à desvalorização da necessidade de uma gestão eficiente e rigorosa, de uma ligação assumida ao mercado e de uma rentabilidade que garanta a sua autonomia e sustentabilidade, ou seja, tendo por consequência o desprezo da competitividade como conceito importante do seu funcionamento;

— uma quase inevitável dependência persistente em relação ao Estado, sob a forma de subsídios, apoios diversos e enquadramento legal, tornando-a quase uma “economia de enclave”, “sem se arriscar fora do seu território protegido”.

Não parece que esta seja a perspectiva que mais interesse a este Projecto, que se assume como inovador no domínio da Economia Solidária.

b) Para mais, as principais ameaças e/ou os desafios do Mundo actual são cada vez mais dramáticos e imperativos, obrigando a tê-los em conta se se quiser

situar numa perspectiva de construção de um Mundo com Futuro, que possa garantir a Vida e a Segurança para as gerações vindouras.

É essa com certeza também a perspectiva deste Projecto.

Nesse sentido, pode-se resumir em quatro as principais ameaças e desafios deste início do século XXI, se se tiver em conta os relatórios, conferências e encontros das organizações internacionais (P.N.U.D., Banco Mundial, O.M.S., U.N.I.C.E.F., O.I.T. e outros departamentos da O.N.U.; O.C.D.E.; instâncias da U.E., etc.) e dos grupos ou movimentos de reflexão, decisão ou regulação (G-8, Clube de Roma, Fórum Económico Mundial, Fórum Social Mundial, etc.) mais importantes à escala mundial:

— O desafio da competitividade, que tem sido basicamente assumido na sua vertente económica (derrapando para uma leitura economicista), expresso, por exemplo, nas decisões da O.M.C. e do F.M.I., nos critérios do Banco Central Europeu e nas discussões do G-8;

— O desafio da coesão social ou da solidariedade, formulado essencialmente na sua vertente social estrita, tal como foi discutido e reivindicado, por exemplo, nas Conferências do Cairo (1994), Pequim e Copenhaga (1995);

— O desafio da sustentabilidade, reconhecido principalmente na sua vertente ambiental (muitas vezes reduzido à questão da gestão dos recursos naturais e da poluição), a partir da Conferência de Estocolmo (e do relatório do Clube de Roma – “Limits to Growth” (ambos em 1972) e reforçado a partir do Relatório Brundtland (1987) e das Conferências do Rio de Janeiro (1992) e de Joanesburgo (2002);

— O desafio da diversidade, associado sobretudo à sua dimensão cultural, ainda sem cimeiras ou conferências, mas tornado infelizmente claro a partir dos atentados de 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque, o que relaciona, por vezes de forma excessiva e enviesada, com as “questões religiosas” e com o terrorismo (sem qualquer distinção).

São quatro autênticas bombas-relógio que a Humanidade tem debaixo dos pés e que ameaçam dramaticamente o seu futuro. São quatro condicionantes que podem inviabilizá-lo.

Estão identificadas e estudadas e até já se reformularam soluções para lhe fazer face, só que de uma forma tímida, sem compromissos sérios e assumidos (veja-se o caso de Protocolo de Kyoto, em relação às alterações climáticas, que poucos países aplica) e sobretudo sem uma integração e articulação entre as quatro dimensões referidas.

É por isso que se pode falar de um quinto desafio, o da organização e gestão de uma solução integrada para os quatro desafios referidos, que se pode designar por governância, e que é essencialmente de natureza política, no sentido da gestão dos interesses das sociedades organizadas, em geral.

Esse desafio da governância deve colocar-se evidentemente à escala mundial, pela necessidade de encontrar modelos de regulação que comprometam todos os países e respondam aos problemas referidos na sua escala mundial e global (ou seja, integrada, na geografia e nas várias dimensões).

Mas tem de colocar-se também a todas as escalas em que os problemas se concretizam e têm de ser respondidos: ao nível nacional, regional, local, organizacional e individual, ou seja, ao nível de uma cidadania partilhada e total. É nessa perspectiva que a leitura destes cinco desafios deve ser um marco de referência para este Projecto, daí derivando a proposta de conceptualização de “Economia Solidária” que a seguir se apresenta.

Ou seja, o que se procura, neste documento, é estabelecer um conjunto de contributos para a formulação dum conceito de Economia Solidária que, simultaneamente, assuma uma noção mais ofensiva e seja compatível com os ideais sempre presentes de construir uma sociedade cada vez mais produtiva, mas também mais justa e não predadora dos recursos.

Importa assim adicionar aos “velhos” princípios da solidariedade e coesão sociais

elementos como a sustentabilidade, o meio ambiente, a diversidade cultural o desenvolvimento local e, por fim, sem quaisquer complexos, aspectos como a eficiência, a governância e a competitividade.

O CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA

Propõe-se então que a nova Economia Solidária se situe em relação directa com as respostas (necessárias) aos cinco desafios referidos.

É solidária, não no sentido social restrito, mas no sentido sistémico, de interdependência e integração com a Vida, e portanto com todas as dimensões em que esta se exprime, incluindo na relação com os outros seres vivos (e não apenas entre os seres humanos, o que corresponderia à visão social restrita).

É solidária com a Vida em todas as suas expressões, e não apenas com a sua componente humana (eventualmente os mais desfavorecidos).

A Economia Solidária, vinda da Economia Social, vai mais longe e assume-se com uma Economia Nova da Vida Integrada, articulando as cinco vertentes fundamentais:

- a) É, antes de mais, uma actividade económica, ou seja, uma forma de produção e/ou distribuição de bens e serviços, de criação de empregos, de geração de rendimentos e de satisfação de necessidades, através dos consumos que viabiliza;
- b) Promotora de coesão social;
- c) Respeitadora e valorizadora do meio ambiente;
- d) Respeitadora e valorizadora da diversidade cultural;
- e) E baseada numa gestão eficiente, ou seja numa contribuição para a

governância integrada das quatro dimensões anteriores.

Adicionalmente, e como consequência lógica destas cinco características fundamentais, a Economia Solidária deve ainda ser:

- f) Territorializada e promotora de Desenvolvimento Local;
- g) E assente numa lógica de investigação-acção, que lhe permita uma constante criatividade e adaptação a novos desafios.

Analisam-se, de seguida, cada uma destas vertentes.

Uma actividade económica

Este deve ser o primeiro contributo para a definição de Economia Solidária. Refere-se a actividades económicas. Constitui-se como um conjunto de acções que têm por finalidade produzir e/ou distribuir bens e serviços consumíveis, satisfazendo necessidades e utilizando, na sua produção, factores e recursos produtivos escassos.

A Economia Social abrange assim respostas concretas a necessidades manifestadas no mercado ou não (correspondendo, por exemplo, a necessidades fundamentais potenciais, sem expressão mercantil, por falta de poder de compra de indivíduos ou grupos pobres ou desfavorecidos), não apenas para os Homens, mas inclusive para todos os seres vivos, incluindo assim nas necessidades uma visão mais ampla, integrando o objectivo de preservar a vida não apenas a curto, mas também a longo prazo.

É também por isso uma forma de criar empregos, gerar rendimentos e aplicar (investir) excedentes.

Esta é a dimensão económica da Economia Solidária, que implica qualidade, competitividade e rentabilidade (relativizadas pelas outras dimensões, obviamente, e nunca vistas isoladamente).

Promotora da coesão social

O nascimento da ideia dum ramo da economia imbuída de objectivos de integração social surge associada, independentemente dos propósitos de caridade, à ideia de que as sociedades, quando caracterizadas por enormes desequilíbrios sociais, poderão ser desestabilizadas por distúrbios e focos de insegurança, que porão em causa o seu próprio funcionamento (inclusive portanto os seus objectivos económicos).

Adicionalmente, constata-se também que os mercados, por vezes, são caracterizados por desfuncionamentos, denominados de falhas. Os agentes económicos, que neles se apresentam, não têm igualdade de oportunidades. A informação não circula livremente. Há barreiras à entrada. A tecnologia e conhecimento têm dificuldades em ser absorvidas, difundidas e produzidas, pelas características sociais inerentes à sociedade, quer do lado da oferta, quer do lado da procura.

Depois, mesmo que os mercados funcionassem “perfeitamente”, eles tem tendência a produzir desigualdades, nomeadamente por via das economias de aglomeração e de aprendizagem. Compete então aos mecanismos institucionais a sua regulação e a difusão de novas oportunidades por toda a sociedade.

A ideia de Economia Solidária engloba um conjunto de actividades orientadas pelo objectivo de que as sociedades se devem organizar com coesão social, constituindo-se assim um sector de actividade económica

que complementa o livre funcionamento dos mercados puramente orientados pela procura do lucro.

Essa coesão social é em particular garantida pela integração de pessoas desfavorecidas, quer pelo lado do emprego e do rendimento, valorizando e qualificando competências marginalizadas, quer pelo lado dos consumos, viabilizando, como já se referiu, procuras sociais ignoradas pelo mercado.

Assume, desse modo, um papel importante na luta contra a pobreza e a exclusão social.

Pode também contribuir, de forma importante, para a igualdade do género e para uma cidadania mais activa, nomeadamente através de modalidades participativas e solidárias de gestão.

A promoção do Desenvolvimento Local, de que se falará adiante, também se pode interpretar nesta lógica de coesão social, numa base territorial.

Há portanto uma dimensão importante de promoção de igualdade de oportunidades na Economia Solidária.

Respeitadora e valorizadora do meio ambiente

Entre as actividades desenvolvidas pela Economia Solidária, quer como objecto, quer como condicionante, a preservação dos equilíbrios ecológicos, dos recursos naturais e o reencontro com a Vida em toda a sua plenitude são elementos importantes.

A economia não se deve constituir como um conjunto de actividades predadoras de recursos e destruidora do Ambiente colocando, a prazo,

em risco a melhoria dos níveis de vida, ou mesmo a existência, das gerações vindouras.

Actividades de reciclagem, de restauração das condições ambientais e de valorização das diferenças como variáveis económicas são aspectos a englobar numa definição do objecto de Economia Solidária.

Respeitadora e valorizadora da diversidade cultural

A diversidade de culturas deve ser defendida, não apenas por impulsos nacionalistas ou locais primários ou por qualquer sentimento nostálgico.

A heterogeneidade de saberes e de respostas a problemas e necessidades significa uma maior capacidade da Humanidade responder a problemas diferentes e se adaptar às próprias turbulências e mudanças de contexto.

É riqueza, não apenas no sentido cultural e civilizacional, mas também económico.

A Economia Solidária coloca no centro das suas preocupações a preservação desta riqueza, respeitando e valorizando a diversidade cultural, as identidades, os valores étnicos e o diálogo multicultural (ou mesmo intercultural) assim como procura encontrar nela razões de interesse económico, como forma de a rentabilizar e preservar, sem a pôr em causa.



Baseada numa gestão eficiente e numa governância integrada

As actividades envolvidas na Economia Solidária têm também de ser sustentáveis economicamente, no sentido em que têm de gerar recursos financeiros capazes de manter a organização e as pessoas que nela colaboram, produzindo os produtos e os bens para os quais foram criadas.

Isto significa que as actividades abrangidas têm, de se basear numa gestão correcta e rigorosa, para ser eficiente, do ponto de vista dos recursos (e casos) utilizados, e eficaz do ponto de vista dos resultados globais, ou seja, ao nível económico, social, ambiental e cultural.

Deve haver portanto uma preocupação de governância, no sentido de se alcançar uma competitividade integrada (segundo aqueles quatro níveis), que deve ser uma das “mais-valias” e inovações, como conceito e como prática, da Economia Solidária.

Dentro da sua lógica já mencionada, essa governância deve ser compatível com os princípios da participação na gestão, da parceria (com outras instituições), da integração de objectivos e processos, da territorialização e da avaliação permanente.

Territorializada e promotora de Desenvolvimento Local

A Economia Solidária tem um espaço de intervenção marcadamente local, pelas características das actividades desenvolvidas e de envolvimento

dos seus agentes.

Adicionalmente, por estas mesmas razões, deve organizar-se e inserir-se de forma integrada no seu espaço envolvente, criando e aproveitando sinergias com as demais actividades económicas, aproveitando assim externalidades, normalmente determinantes na sua subsistência.

Desse modo, ela pode tornar-se, promotora de dinamismos de Desenvolvimento Local, ou seja de processos de mudança, centrados em comunidades territoriais de pequena dimensão, que respondam às suas necessidades fundamentais e valorizem as suas capacidades, numa perspectiva integrada e em articulação virtuosa com recursos exógenos.

Assente numa lógica de investigação-acção

As actividades desenvolvidas no âmbito da Economia Solidária devem ser, permanentemente, alvo de processos de acompanhamento e avaliação, mecanismos fundamentais não só para a manutenção dos processos cooperativos, de eficiência e de prossecução dos objectivos para que foi criada a organização, mas também para a adaptação às alterações de contexto e à procura de novos produtos e serviços.

Desta forma, aponta-se para uma gestão flexível e adaptativa, em função da avaliação permanente, permitida pela investigação e, ao mesmo tempo, uma aprendizagem e revisão constante de novos conceitos, reformulados continuamente para a acção, conjugando permanentemente teoria e prática e a dedução e indução.

Em síntese, a Economia Solidária:

- É competitiva, sem fazer do lucro o seu objectivo principal, mas garantindo a geração de excedentes para investimento em novas iniciativas e em empregos dignos e sustentáveis;
- É solidária e promove a coesão social, remetendo para a igualdade de oportunidades, a inserção de pessoas desfavorecidas, a empregabilidade, a cooperação e o compromisso com a comunidade envolvente;
- É sustentável, redescobrimdo os caminhos da Vida, na relação com a Natureza e os seus diferentes elementos bióticos e abióticos;
- Respeita a diversidade das culturas e das identidades, surgindo como alternativa à globalização uniformizadora e massificadora;
- Procura e experimenta modelos de governância, que garantam a competitividade integrada e a autonomia destas organizações;
- Assume a sua territorialização, promovendo dinanismos de Desenvolvimento Local;
- Renova em permanência o conhecimento nestes domínios, tornando-o útil, através de uma preocupação de investigação-acção.

Um dos grandes objectivos destas organizações é proporcionar oportunidades de reinserção profissional e social por via do acesso ao emprego e à qualificação profissional, com remuneração digna, a pessoas pouco qualificadas e desfavorecidas. Neste processo, o estímulo ao desenvolvimento pessoal, à sua auto-estima e à assunção de responsabilidades são elementos importantes.

CRITÉRIOS –EMPRESAS CORES

1. Para efeitos de certificação das organizações de Economia Solidária, no âmbito do Projecto “CORES”, com base no conceito anteriormente definido, considera-se como critérios mínimos, os seis seguintes:

- a) Não terem, como objectivo principal, a acumulação de lucros a nível individual;
- b) Criarem empregos, especialmente para indivíduos desfavorecidos, ou seja em situação de pobreza ou exclusão social;
- c) Promoverem a igualdade de oportunidades a todos os níveis, nomeadamente quanto ao género;
- d) Respeitarem e valorizarem o meio ambiente, de forma que as actividades produtivas realizadas não sejam predadoras do ponto de vista ecológico, devendo antes promoverem-no até numa perspectiva económica;
- e) Respeitarem e valorizarem a diversidade cultural, de forma que as actividades produtivas realizadas não sejam predadoras do ponto de vista cultural, antes a promovam economicamente;
- f) Contribuírem para o Desenvolvimento Local, através de uma interacção com as comunidades locais, nomeadamente respondendo a necessidades fundamentais que nela estejam por satisfazer e mobilizando as suas capacidades.

2. Adicionalmente, são de valorizar, na certificação das organizações e

empresas “CORES”, outros critérios como:

- g) Serem assentes em modelos de gestão baseados na cooperação e na participação;
- h) Desenvolverem processos de avaliação permanente, permitindo alimentar uma lógica de investigação-acção e, portanto, de enriquecimento da teoria e da prática, em simultâneo.

3. O processo de certificação “CORES” caberá à Agência Transregional de Economia Solidária, de forma flexível e permanente, implicando um acompanhamento e uma avaliação e valorização constantes das organizações a certificar e dos seus processos, e não uma mera verificação burocrática.

Março de 2004

